

# A “SOCIEDADE EM REDE” E A PRIVATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ESCORÇO DE UM BALANÇO CRÍTICO PARA REFLETIR A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Alcides Fernando Gussi*

*Simone Wolff*

**RESUMO:** O presente artigo pretende realizar um balanço crítico sobre um conjunto de questões teóricas que vêm sendo tradicionalmente discutidas nas Ciências Sociais, nos últimos 30 anos, e que se insere em um quadro conceutivo geral comumente conhecido como “*Sociedade da Informação*”. Será dada especial ênfase para um conceito recentemente construído e diretamente tributário do conceito de “Sociedade da Informação”: o de “sociedade em rede” de Manuel Castells. O objetivo é problematizar a pertinência, repercussões, bem como a validade operacional do conceito de “sociedade em rede” para a compreensão da sociedade contemporânea, particularmente no que diz respeito ao tema da construção das identidades sociais e do papel das grandes empresas nessa conjuntura.

**UNITERMOS:** Sociedade em Rede, Sociedade da Informação, sociedade contemporânea, identidades sociais, empresa.

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo pretende realizar um balanço crítico sobre um conjunto de questões teóricas que vêm sendo tradicionalmente discutidas nas Ciências Sociais, nos últimos 30 anos, e que se insere em um quadro conceutivo geral comumente conhecido como “*Sociedade da Informação*”. Será

dada especial ênfase para um conceito recentemente construído e diretamente tributário do conceito de “Sociedade da Informação”: o de “sociedade em rede” de Manuel Castells. O objetivo é problematizar a pertinência, repercussões, bem como a validade operacional do conceito de “sociedade em rede” para a compreensão da sociedade contemporânea, particularmente no que diz respeito ao tema da construção das identidades sociais e do papel das grandes empresas nessa conjuntura.

## 1. OS PRECURSORES

É no final da década de 1960 e início dos anos 70 que sobressai um conjunto de teorias sociais cuja principal preocupação era pensar e buscar respostas para um novo contexto social que se esboçava. Um contexto marcado por grandes inovações tecnológicas, pelos altos investimentos e disseminação das tecnologias de base microeletrônica; mudanças no mercado de trabalho com o surgimento de novas qualificações; alterações no padrão de consumo, o qual começa a se ampliar, internacionalizar e diversificar; e, ainda, transformações políticas e econômicas assinaladas pelo início da derrocada do Estado-Providência, ou *welfare state*.

A inquietação era grande. Alguns teóricos viam o advento desse contexto como um fato que colocava em xeque a estabilidade de certas instituições sociais até então tidas como consistentes e fundamentais para garantir uma base sólida à sociedade, bem como segurança àqueles que nela vivem. É desde estas determinações que emergem novas teorias com o intuito de compreender, levantar e buscar soluções para os problemas ensejados pela nova conjuntura. Destaca-se, assim, o arcabouço teórico especificado por “sociedade de pós-industrial”, matriz do conceito de “sociedade da informação”.

Presenciamos, atualmente, um momento onde tais transformações encontram-se não só consolidadas como intensificadas em seus efeitos sociais. O conceito de “sociedade em rede”, recentemente desenvolvido por Manuel Castells (1999), remete a um diálogo com o pensamento destes teóri-

cos. Castells é tributário direto das discussões sobre a “sociedade pós-industrial”, particularmente aquelas realizadas por seus principais mentores: Alain Touraine (1971) e Daniel Bell (1973). O conceito de “sociedade em rede” por ele desenvolvido, permite atualizar as teorias da sociedade pós-industrial, à luz das peculiaridades relativas ao atual desenvolvimento tecnológico e às recentes transformações sociais, ainda que comportando tantas lacunas quanto aquelas deixadas por seus precursores.

Consideramos que a teoria de Castells dialoga também com a de Donald Schon (1971), muito embora não remeta diretamente a este autor. Schon proporciona uma visão panorâmica das transformações sociais presenciadas naquele momento, bem como das brechas teóricas que urgiam em serem preenchidas para explicar a nova realidade. Do mesmo modo, é neste autor que encontramos de forma mais explícita e precisa os primeiros esboços do conceito de rede como uma tendência em curso na sociedade contemporânea.. Ou seja, justamente o conceito-chave utilizado por Castells para pensar o momento atual.

Por isso, para os propósitos do nosso trabalho, pensamos ser pertinente fazer uma breve recuperação dos preceitos básicos apresentados por Schon, Touraine e Bell, de maneira a melhor apreender as premissas sobre as quais o conceito de “sociedade em rede” foi fundamentado. Especialmente no que se refere às questões relativas ao conhecimento, inovação, tecnologia, e do papel e mudança no perfil das empresas e das identidades sociais neste contexto. Questões que nos interessam particularmente neste trabalho.

### **1.1. DONALD SCHON**

Em 1971, Donald Schon lança um livro onde questiona a própria idéia de estabilidade. Para este autor, a estabilidade é um “mito”. Sua função seria a de proteger as pessoas das recorrentes mudanças que acontecem periodicamente na sociedade, bem como de proporcionar-lhes padrões de re-

apresentação, valores e regras de conduta que servem de sustentáculo para a construção de sua identidade como seres sociais.

Segundo Schon (1971, p. 18), “as ameaças à estabilidade das instituições estabelecidas, carregam consigo a ameaça para a teoria e a ideologia associadas a elas”. A ausência de teorias adequadas para a compreensão de uma nova realidade social, gera um ambiente de “incerteza”. Esta “incerteza”, por seu turno, causa uma grande insegurança a respeito de como proceder frente a essas mudanças, uma vez que a vida social e suas identidades são estruturadas considerando a estabilidade das instituições sobre as quais esta vida é edificada – sendo que esta certeza e estabilidade é que orientam e conferem sentido às ações sociais. Daí a sensação de angústia quando nos deparamos com situações inusitadas e sobre as quais ainda não temos conhecimento suficiente sobre como lidar com elas. Daí, também, a propensão de todo o sistema social a um “conservadorismo dinâmico”, isto é, uma forma de resistir às mudanças pela “tendência a lutar para permanecer o mesmo” (Idem, p. 32).

De acordo com Schon, dentre as várias instituições sociais sobre as quais se assenta nossa identidade, a que se apresenta mais enraizada como mito é a do “estado estável”. Por isso mesmo, a desagregação do “estado estável” é a mudança mais temerosa e a qual encontra maior resistência e conservadorismo, tanto por parte do senso comum, como daqueles que teorizam a sociedade. Não obstante, tal desagregação já se fazia bem concreta na época de Schon. O autor aponta três principais mudanças que punham em risco a estabilidade do estado, particularmente nos Estados Unidos. São elas (Idem, p.15): o disparate, cada vez maior, dos investimentos no setor produtivo de bens de consumo, que punha em segundo plano os investimentos no setor público, e a progressiva conscientização disto; o descontentamento com a crescente marginalização social e política das minorias: étnicas, rural, de baixa renda, idosos etc.; e um “desencantamento” generalizado com relação à ideologia do Progresso Social, praticamente inalterada desde os albores do século XVIII, e que estava visivelmente se desgastando.

Além destas mudanças no caráter da “estrutura social”, Schon evidencia a drástica mudança tecnológica, que se acelerava de maneira sem precedentes. Conforme Schon, (Ibidem, p.28), a tecnologia é um dos elementos compositivo do sistema social que possui maior potencial transformador. Assim, apesar de as inovações tecnológicas terem sido “continuamente exponenciais pelos últimos 200 anos, no momento atual ela alcança um nível de [...] freqüência unicamente ameaçador para o estado estável. E enquanto toda nova tecnologia é mais ou menos disruptiva, as implosões que precedem da tecnologia na última metade do século tem feito uma desrupção singular”.

Para Schon (Ibid.), portanto, a perda do “estado estável” aliada ao caráter veloz da inovação tecnológica desde o segundo quartel do século XX, evidencia o fato de que a sociedade e suas instituições sociais estão em constante transformação. A partir desta constatação, e da revelação do caráter conservador das respostas ou “anti-respostas” (Ibid.) à essas transformações – expressas, via de regra, de forma nostálgica e/ou violenta tanto pela coletividade como pelos indivíduos –, Schon coloca a necessidade de se forjar respostas mais construtivas. É esta necessidade que o leva a formular a idéia da constituição de “*sistemas aprendizes*” (Ibid., p. 29). Os “sistemas aprendizes” seriam uma forma de fornecer o devido apoio às identidades sociais sem, contudo, desencorajar, mas antes incitar, a transformação. Ou seja, seriam aqueles sistemas capazes de se transformarem sem causar rupturas intoleráveis aos seus integrantes, superando, assim, a tendência ao “conservadorismo dinâmico”.

Tomando por base este conceito, Schon situa a empresa capitalista, ou “business firm” (Ibid., p. 67), como um campo de excelência no emprego de “sistemas aprendizes”. Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, e com o advento de novas tecnologias microeletrônicas, as grandes empresas privadas vêm alterando suas estratégias de modo a melhor se adaptarem e atenderem as conseqüentes mudanças no panorama político-econômico que este quadro ensejou. De empresas fundamentadas em um só produto, com uma rígida hierarquia estabelecida sobre um “modelo piramidal” e centralizador das unidades pro-

dutivas, das matérias-primas até o consumo final, aos poucos, vão se transformando em firmas fundamentadas em processo.

Neste tipo de empresa, a idéia-chave passa a ser *inovação*. Os produtos passam a ser diversificados com vistas a atender um mercado que, em virtude da reestruturação das economias européias no pós-guerra, se ampliava rapidamente e se tornava cada vez mais heterogêneo. Em função disto, o conhecimento científico e a inovação tecnológica convertem-se em departamentos fundamentais, sobretudo nas grandes corporações, passando a receber maciços investimentos e recursos. Além disso, reconfiguram sua forma de integração, combinando tanto a forma vertical como horizontal com um sistema de “constelação” (Ibid.). Neste tipo de sistema, as unidades produtivas se conformam como “semi-autônomas”, mais aptas para darem conta das crescentes variações do mercado. Tal combinação, ademais, permite amenizar os efeitos negativos de uma dada unidade sobre as outras, permitindo que seus problemas sejam detectados e resolvidos sem muita interferência na totalidade do sistema.

O modelo de empresa-constelação já havia sido experimentado anteriormente, mas em cima de um só produto. Agora, tal modelo tenderia a se aperfeiçoar para aquilo que Schon chama de “business systems”, ou sistema de negócios, que divergiria da sua experiência anterior por se organizarem como um rol de companhias de bens e serviços variados. A forma mais bem acabada deste modelo é aquela que incorpora em seu sistema, não só a diversificação de produtos e serviços, mas também de seus projetos e planejamento e dos profissionais especializados nestas funções. Esta tendência levaria, a médio prazo, à organização de uma *rede* de empresas auto-sustentáveis e auto-gerenciáveis capazes de intervir nos processos relativos às políticas públicas tais como educação, saúde, previdência etc. Um processo que, no limite, levaria a uma diluição das barreiras entre as funções públicas e as privadas (Ibid., p. 74-75).

Para Schon, a tendência das empresas em agregar, cada vez mais, serviços até então reservados à esfera pública acabaria por estabelecer um

“novo tipo de relação com o mercado”, operando, assim, como uma “totalidade” interventora dos sistemas sociais onde agem (Ibid., p. 78-79). É assim que, para Schon (Ibid., p. 80-113), as empresas passariam a ter, como uma de suas funções principais, o exercício da “difusão da inovação” através do “*modelo de rede*”. Schon (Idem, p. 190), define *rede* como “um conjunto de elementos referidos uns aos outros através de múltiplas conexões” estabelecidas por meio de nós interligados em vários cabos. Aqui sobressai a idéia de fluxo e processamento de informações, em detrimento de procedimentos estanques e dados a priori. Potencializado pelo uso das novas tecnologias de comunicação e diferenciando-se do antigo “modelo centro-periferia” vigente, o “modelo de rede” seria o modelo ideal de “sistema aprendiz” por considerar o processo de aprendizado como algo interativo. Ou seja, não hierarquica e unilateralmente determinado do centro para a periferia, mas como “redes complexas de componentes capazes de transformar a si mesmas por inovações interativas em seus elementos” (Ibid., p. 113).

Além disso, o “modelo de rede” possibilita viabilizar a centralização das decisões, tanto das unidades produtivas autônomas como no interior de cada unidade empresarial, o que torna possível um gerenciamento mais padronizado das atividades e estratégias empresariais. Neste contexto, o governo, devidamente comutado em um sistema aprendiz, funcionaria como agente catalisador, gerenciador e disseminador de conhecimentos em forma de rede, facilitando e corroborando com a posição e as atividades empresariais no sentido da inovação.

Em suma, para Schon, o “modelo de rede”, enquanto expressão máxima do “sistema aprendiz”, seria um constructo teórico capaz de assinalar o aparecimento, ainda incipiente, de uma “nova sociedade”, ou estrutura social, caracterizada pela assimilação da inovação e difusão do conhecimento através de fluxos de informação (formal, informal, externo, interno). A propagação da informação dependeria, amplamente, da utilização e do aperfeiçoamento tecnológico, que passaria a ser fonte permanente de inves-

timentos para as empresas. Nesse sentido, as empresas representariam o principal agente propulsor dessa nova sociedade.

Como veremos, a noção de “rede” também é o ponto central para a teoria de Castells, denotando que as tendências sociais vislumbradas por Schon se verificam, em grande medida, na atualidade.

Os esboços de Schon sobre a chegada de uma nova sociedade baseada no conhecimento e na tecnologia vem ao encontro com duas outras obras publicadas na mesma época e que se tornaram tão ou mais influentes para as macro-teorias sociais. São as obras de Alain Touraine (1971): *A sociedade pós-industrial*, e de Daniel Bell (1973): *O advento da sociedade pós-industrial*. Talvez a influência de ambas no pensamento social, sobretudo da época, se deva ao fato de proporcionarem um conceito mais abrangente e taxativo da mudança: o de *sociedade pós-industrial*. Vemos, nestas obras, as mesmas inquietações quanto às mudanças sociais presenciadas naquele momento, e a mesma preocupação em delinear os princípios de uma nova estrutura social emergente, numa tentativa de preencher as lacunas teóricas e ideológicas deixadas por estas transformações.

## 1.2. ALAIN TOURAINE

Para Touraine (1971), a sociedade pós-industrial se caracteriza pelo fato de o desenvolvimento econômico estar mais centrado no conhecimento que na produção, configurando uma nova relação de poder e dos conflitos sociais. A análise destas novas formas de poder passa pelo conceito de “alienação”, mais eficaz que o de “exploração econômica” para entender os novos conflitos sociais, e pela constituição de uma “nova tecnocracia” a qual, através de uma manipulação de cunho cultural, consegue “uma redução do conflito social por meio de uma participação dependente” (Idem, ps. 10-11). Sendo assim, os conflitos sociais aludem mais à integração que à exclusão social, surgindo, portanto, do embate entre os objetivos tecnocráticos de um desenvolvimento dependente e previamente orientado



e os valores dos grupos sociais mais integrados à essa sociedade, que não querem se submeter passivamente, mas antes participar, das questões relativas aos rumos da sociedade.

É no embate dos conflitos entre estes grupos que surgem aquilo que Touraine denominou de “novos movimentos sociais”. Altamente influenciados pelo movimento de *Maió de 68*, esses movimentos romperiam com os movimentos sindicais centrados na classe operária e, por conseguinte, com a idéia do operariado como exclusivo sujeito histórico da transformação social. Desse modo, Touraine questiona o conceito tradicional de “classe social” como a única explicação para os conflitos sociais. Para ele, a consolidação do espaço urbano e da sociedade de massas engendram novas formas de identidade social baseadas na idéia de “participação desigual” na esfera do consumo, e não apenas na produção. Nesse sentido, Touraine entende que as novas identidades sociais constituem-se a partir da ação dos sujeitos históricos no contexto dos movimentos sociais, que incorporam outras demandas não estritamente ligadas a produção, tais como reivindicações de gênero, étnicas e de nacionalidade, por exemplo.

As novas classes sociais e seus conflitos, portanto, se engendram no bojo do que o autor chama de uma “opacidade” existente, isto é, as novas classes dominantes se orientam para o investimento coletivo mas se utilizam destes para seus próprios objetivos (Ibid, p. 51-52). A predominância dos investimentos coletivos, sobre os privados, desloca o poder político de uma classe determinada economicamente pelos seus interesses de acumulação, para uma elite de tecnocratas, “dirigentes da administração do Estado ou de grandes empresas vinculadas”, que orientam o poder e as próprias mudanças sociais, visando o interesse coletivo, ainda que atendam a interesses privados. Assim, a relação de forças não seria mais centrada estritamente na relação entre capital e trabalho, mas entre esta tecnocracia e aqueles que se sentem ameaçados em seus interesses identitários – não apenas como trabalhadores, mas também como consumidores e cidadãos –, por esse dirigismo tecnocrático que, mais do que o econômico, penetra em todos os aspectos da vida social.

Touraine também vê a grande empresa privada como um agente central na “sociedade pós-industrial”. Na medida em que é *locus* de congregação de valores dos diversos grupos sociais que nela atuam, é a empresa que, juntamente com o Estado e as coletividades – consumidores, grupos sociais em seus interesses identitários - incorpora e fundamenta os conflitos sociais. Entretanto, nessa nova sociedade, a empresa deixa de ser o “centro das lutas políticas” para se transformar em um “lugar de institucionalização dos conflitos” (Ibid., p. 169).

Internamente, a crescente autonomia das organizações para resolução de seus problemas administrativos, envolvendo o nível da autoridade e da participação social nas decisões empresariais, igualmente mudam as configurações de classe. Aqui, a “opacidade” vincula-se aos burocratas, os “homens da organização” (Ibid., p. 60), que detém interesses corporativistas, aos quais se opõem uma nova categoria de profissionais e técnicos, de nível médio, que, apesar de não terem um potencial revolucionário, propiciam novos focos de resistência, ainda que diferentes daqueles originados estritamente no nível econômico. Logo, na sociedade pós-industrial, os grupos sociais que têm maior poder contestatório nas empresas são os profissionais qualificados, uma vez que possuem mais autonomia dentro das organizações e maior participação política, posto que são agentes do desenvolvimento. Por outro lado, as vítimas dos burocratas e dos tecnocratas das organizações, seriam aqueles excluídos dos novos parâmetros do conhecimento: os mais velhos, trabalhadores não qualificados, jovens (que estão ingressando no mercado de trabalho) e, finalmente, os desempregados.

Notamos, por conseguinte, que as análises de Touraine sobre as mudanças sociais que estavam em curso diferenciam-se das de Schon por contemplarem as novas relações de poder proveniente dessas mudanças. Ao contrário de Schon, que perspectivava a capacidade de adaptação, reequilíbrio e mesmo otimização da sociedade diante das mudanças, Touraine privilegia os novos conflitos sociais decorrentes destas mudanças, derivados de um novo tipo de “alienação”. Igualmente, por introduzir a idéia de “opaci-

dade" como central para a emergência desses novos fenômenos e conflitos sociais. Assim, conclui Touraine (Ibid., p.65-67), a oposição entre as novas classes sociais concerne a esta "opacidade", ou seja, a *apropriação da informação* pelas novas elites, a qual supõe uma dada alienação expressa pela perda da identidade pessoal daqueles que não detém o saber tecnocrático. Como se vê, enquanto para este último a emergência da informação / conhecimento como um determinante central da nova sociedade substitui velhos por novos conflitos em pela sua apropriação e manipulação por parte de uma elite tecnocrática; para o outro coloca a possibilidade de uma maior democratização do saber por meio das redes.

Castells será herdeiro da sociologia de Touraine. Principalmente no tocante ao papel que atribuirá à ação dos sujeitos nos conflitos em suas reivindicações identitárias, para pensar a dinâmica das transformações sociais.

### 1.3. DANIEL BELL

É justamente a questão da informação que se coloca no centro da análise de Daniel Bell sobre o advento da sociedade pós-industrial. Para Bell (1973, p. 467), "*a sociedade pós-industrial é uma sociedade de informação, como a sociedade industrial é uma sociedade produtora de bens*". O traço fundamental que diferencia estruturalmente esta sociedade da anterior, é uma nova demarcação espaço-temporal, extremamente acelerada pelos novos meios de comunicação, o que aumentaria radicalmente a produção e difusão do conhecimento. Sendo assim, o conhecimento passa a ser a principal fonte de criação de riqueza, substituindo o trabalho como origem do valor.

Tal como Schon, Bell vê a tecnologia como um fator-chave para a "revolução do conhecimento", que caracteriza a sociedade pós-industrial. Também vemos uma certa proximidade entre ambos no que se refere ao entendimento sobre a forma de difusão do conhecimento. Bell recusa a idéia de conhecimento enquanto algo acumulado de forma linear. Para ele (Idem, p. 211 - grifo nosso), tal idéia "obscureceu o fato de que o modelo

mais típico e mais importante é o desenvolvimento de ‘ramificações’, ou criação de novas e inúmeras subdivisões ou especializações no interior dos diversos campos, em lugar de um simples crescimento”. Parece-nos que este entendimento acerca da difusão de conhecimento, vem ao encontro, em alguma medida, do conceito de Schon sobre o “modelo de rede” como o mais apropriado para o desenvolvimento da sociedade.

Porém, enquanto Schon estava preocupado em instituir “sistemas aprendizes”, como forma de contribuir e estimular a transição para uma nova estrutura social capaz de socializar o conhecimento, em Bell isto já se apresenta como uma realidade. A ciência passou, cada vez mais, a ser incorporada à esfera econômica da sociedade e das organizações empresariais, como um suporte da tecnologia. Em decorrência disto, ambas constituem-se como linha mestra da produção, tanto como forma de garantir a competitividade através da inovação, quanto como técnica de previsão norteadora das estratégias empresariais. Aqui afigura-se uma semelhança com as considerações de Schon sobre o perfil das empresas nesta “nova sociedade”. Para Bell, neste contexto, as empresas também tomam por base a ciência e a inovação. E é a partir desta conjugação entre ciência e tecnologia, e sua aplicação como integrantes estruturais das instituições públicas e privadas, que se conforma a “sociedade do conhecimento”, expressão máxima da “sociedade pós-industrial” (Ibidem, p. 241-246).

Disto decorre outra idéia básica de Bell: a sociedade pós-industrial é, também, uma “sociedade de serviços”. Em uma sociedade onde prevalece o conhecimento sobre o trabalho material, crescem as oportunidades de emprego para profissionais liberais, executivos, cientistas e pessoal de nível técnico. Ou seja, profissionais com um nível educacional superior, mais aptos para lidar com as constantes inovações científico-tecnológicas próprias dessa sociedade. Nasce, daí, uma nova classe tecnocrática, já apontada por Touraine.

Bell se aproxima de Touraine, igualmente no que diz respeito à formação de uma nova relação de poder, oriunda do controle e manipulação

do conhecimento pela classe tecnocrática. Assim como Touraine, Bell coloca esta classe, juntamente com os políticos que estão à frente do governo, como as “classes dominantes” dentro da nova estrutura social característica da sociedade pós-industrial. Contudo, ao contrário de Touraine, Bell não deixa muito clara a composição das novas classes dominadas. Antes, estava mais preocupado em definir o que ele entendia como uma nova estrutura social que se delineava do que verificar os novos movimentos sociais que emergiam, como o faz Touraine. Assim, Bell apenas localiza as classes dominadas na esfera das instituições responsáveis pela determinação das políticas sociais. Diferentemente de Touraine que centra tensão entre os novos grupos relacionando-a, sobretudo, à outras esferas da vida social, como a vida privada, Bell se debruça sobre as novas instituições às quais caberiam regulamentar as ações dos agentes de desenvolvimento, isto é, as empresas privadas ou as “sociedades anônimas comerciais” como ele chama, de maneira a proteger a sociedade como um todo dos seus efeitos perversos: poluição, insalubridade, devastação ambiental (Idem, p. 302-306).

Não obstante, isto não significa que a empresa privada deixar de ser o núcleo da sociedade. Antes, esta passa a dividir com a esfera política e pública “as decisões econômicas mais importantes”, tornando suas “‘metas’ e ‘prioridades’ conscientemente definidas” (Ibid., p. 334). Neste ponto, há mais uma semelhança com Schon: para Bell, na sociedade pós-industrial, as empresas privadas deixam o “plano do mercado para o político” (Ibid.), se imbuindo de maior responsabilidade social, o que, em última instância, acaba por borrar, de certa forma, os limites entre a esfera pública e a privada. Transparece, assim, novamente como Schon e menos cauteloso que Touraine, toda a confiança e otimismo de Bell (Ibid., p. 335) a respeito do futuro da “sociedade pós-industrial”:

A nossa sociedade teve como base as premissas do individualismo e da racionalidade de mercado, e nela os diversos fins ambiciosos pelos indivíduos poderiam ser mais bem interpretados através da liberdade de comércio. Estamos agora pas-

sando para uma ética comunitária ... . Num certo sentido, a transição de um modo de governo, ditado pela economia política, para um outro, ditado por uma filosofia política – pois é este o significado da mudança – representa a passagem para modalidades não-capitalistas do pensamento social. E esta é a tendência, a longo prazo, da sociedade ocidental.

Assim, Bell impõe a necessidade de a sociedade criar essa nova ética, transcendental e utópica, que substitua a anterior, baseada nos valores da produção e do trabalho. Para Bell, essa nova ética, que estaria em construção, é que deveria orientar a ação dos grupos sociais que se definiriam – utopicamente – orientados por ela. O sentido das identidades sociais para Bell, portanto, difere de Schon e o papel que este atribui ao “sistemas aprendizes” como sustentáculos das identidades no momento de perda do “estado estável”, e de Touraine, que supõe que a identidades se constituem no bojo dos movimentos sociais.

Após recuperarmos o pensamento de Schon, Touraine e Bell, centraremos nossa análise na recuperação da teoria de Castells, entendendo que o seu conceito de “sociedade em rede” tem uma linhagem histórica e teórica com os autores aqui recuperados.

## **2. A “SOCIEDADE EM REDE” DE CASTELLS**

### **2.1. A construção de uma teoria social contemporânea**

Passados quase trinta anos das primeiras formulações sobre a sociedade pós-industrial, cabe averiguar o quê, e até onde, suas premissas e previsões se concretizaram. Realmente, muitos aspectos das mudanças sociais que tais teorias destacaram, e que se encontravam então apenas nos seus primórdios, não só se efetivaram como se desenvolveram muito além do previsto. De fato, a tão propalada inovação tecnológica, bem como suas potencialidades, utilização e difusão, salientada pelos mentores da sociedade

pós-industrial e do modelo-rede de organização social, estavam apenas se iniciando. O que se fazia mais visível naquele momento, era o delineamento de um novo cenário político-econômico, social e cultural, cujo desenvolvimento iria demandar e se apoderar, amplamente, de tais inovações tecnológicas, da mesma forma que seu aprimoramento.

A recente obra de Manuel Castells (1999), *A sociedade em rede*, nos permite fazer uma reciclagem sobre as teorias da sociedade pós-industrial à luz do atual desenvolvimento tecnológico e das recentes transformações sociais. Apesar de afirmar que não pretende discutir tais teorias, Castells (Idem, p. 41-42) reconhece sua dívida para com esses teóricos, sobretudo no que diz respeito a Touraine e Bell. Esta dívida é observada, especialmente quando declara o “surgimento de uma *nova estrutura social*, associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o *informacionalismo*” (Ibidem, p. 33-34 – grifos nossos). O informacionalismo “baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação”, a qual se define pela “ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade” (Ibid., p. 35). No informacionalismo, ou ainda na “sociedade informacional”, portanto, instaura-se um “novo paradigma tecnológico” que “fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” e, por isso mesmo, onde as “funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes” (Ibid., p. 497).

Analisemos, pois, a teoria de Castells, desde as mesmas problemáticas que apontamos nos outros autores, e que são centrais na discussão deste trabalho: a do conhecimento, da inovação tecnológica, e, especificamente, da mudança do perfil da empresa e da construção das identidades sociais.

Assim como os teóricos da sociedade pós-industrial, Castells parte da *inovação tecnológica*, do pressuposto da emergência de uma *nova estrutura social* alicerçada no *conhecimento*, e do modelo de *rede* como forma de difusão deste conhecimento, para designar a sociedade contemporânea. Contudo, isto não o impede de observar os limites de tais teorias, inclusive como uma tentativa de melhor compreender essa sociedade.



Castells (Ibid., p. 32), chama a atenção para o fato de que as teorias sobre a sociedade pós-industrial consideraram como “princípio estrutural” de diferenciação da “nova sociedade” relativamente a anterior, tão-somente o surgimento de novas tecnologias e seus efeitos sobre as “relações técnicas de produção”, em detrimento das “relações sociais (fundamentadas na pobreza) de produção”. Para este autor (Idem), a compreensão de qualquer sociedade deve levar em ambos os fatores conjuntamente. Outro aspecto a ser considerado, é que tais teorias se restringem às circunstâncias relativas às sociedades norte-americanas e da Europa ocidental, excluindo o resto do mundo por pressupor que este é o caminho que, mais cedo ou mais tarde, todas as sociedades iriam trilhar. Partindo de uma crítica ao etnocentrismo dessas teorias, principalmente as de Touraine e Bell, de acordo com Castells (Ibid., p. 228), esta visão é demasiada reducionista, pois procura encaixar as sociedades em um modelo único de desenvolvimento, e a partir de uma única variável, a tecnologia. Para ele, em uma sociedade onde, cada vez mais, “a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação”, configurando, assim, um “novo sistema econômico”, “global” e “informacional”, reduzir a análise apenas aos países tecnológica e economicamente avançados é altamente limitante.

Mas para Castells, a maior lacuna deixada pelas teorias mais clássicas da sociedade pós-industrial, se deve, antes de mais nada, ao caráter ainda muito incipiente das inovações tecnológicas naquele período. Há trinta anos, estava-se apenas começando aquilo que, para ele, seria uma verdadeira “revolução tecnológica” (Ibid. p. 78), proporcionada pelo aparecimento, aperfeiçoamento e difusão das novas tecnologias informáticas. É esta revolução que caracterizaria a sociedade atual, ao mesmo tempo em que a diferencia do cenário onde foram formuladas as teorias da sociedade pós-industrial, uma vez que denota a consolidação e a propagação de um “novo paradigma tecnológico”, que viabiliza a transformação do conhecimento, ou da informação, em matéria-prima. Desse modo, as novas tecnologias informáticas possuem uma característica inédita com relação as outras revolu-



ções tecnológicas: enquanto nessas últimas a informação era utilizada “para agir sobre a tecnologia”, na atual revolução, as novas tecnologias “são tecnologias para agir sobre a informação”. É justamente esta característica que, para Castells, torna possível a concretização e otimização da “lógica das redes”, em um nível sem precedentes e imprevisível pelos teóricos da sociedade pós-industrial (Ibid.)

Tal concretização e otimização da lógica das redes, assinalaria aquilo que Castells (Ibid., p. 111 – grifo do autor) entende como a grande novidade da sociedade hodierna: o advento de “*uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária*”. Ou seja, uma verdadeira “economia global” que vai muito além da realização de uma simples economia mundial – traço inerente às sociedades ocidentais –, por ser fundamentada em uma base informática “construída em redes [e que] define os processos sociais predominantes, conseqüentemente, dando forma à própria estrutura social” (Ibid., p. 499).

Esta, inclusive, é a diferença primeva entre Castells e os clássicos do pós-industrialismo, aqui representado por Bell: “*a distinção apropriada não é entre uma economia industrial e uma pós-industrial, mas entre duas formas de produção industrial, rural e de serviços baseadas em conhecimentos*” (Ibid., p. 226 – grifo do autor). Sendo assim, para Castells, a sociedade pós-industrial seria um “mito”. Não estamos vivendo em uma época onde não existe, ou pelo menos, onde não há mais a predominância da lógica da indústria sobre a produção, como crêem seus mentores. Esses acreditavam que a mudança da sociedade industrial para a sociedade de informação e de serviços corresponde à mudança social sofrida quando da passagem da sociedade rural para a industrial. Tal idéia demonstra uma perspectiva evolucionista, mais uma vez, com limitada perspectiva histórica.

Para Castells (Ibid., p. 111), nossa economia continua mais industrial e capitalista do que nunca. Desse modo:

(...) embora a economia informacional/global seja distinta da economia industrial, ela não se opõe à lógica desta última. A

primeira abrange a segunda mediante o aprofundamento tecnológico, incorporando conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição, com base em um avanço gigantesco em alcance e escopo da esfera da circulação. Em outras palavras: **à economia industrial, restava tornar-se informacional e global ou, então, sucumbir** (Ibid., p. 110 – grifo nosso).

Logo, pode-se dizer que o grande avanço de Castells (Ibid., p. 228) relativamente às teorias pós-industriais é o fato de ele contemplar o desenvolvimento atual das novas tecnologias da informação para além de suas repercussões na esfera estritamente social – tal como delimitava-o seus principais representantes - vinculando-o à “lógica estrutural dos *sistema produtivo* da sociedade informacional” (grifo nosso). Ou seja, o informacionismo seria um fenômeno estreitamente interrelacionado à produtividade capitalista. Portanto, sua explicação passa, necessariamente, pela análise dos acontecimentos históricos concretos que ocorreram, justamente, nos últimos trinta anos. Igualmente, é a partir dessa análise que se descobre que, apesar de todas essas transformações sociais e conseqüentes distinções que as mesmas suscitaram nas teorias do pós-industrialismo, as *empresas privadas*, mais uma vez em aliança com o Estado, continuam a ser as propulsoras e difusoras deste movimento.

De fato, a partir da década de 70, época em que assistimos as origens da “Revolução da Tecnologia da Informação” (Ibid., p. 101), o capitalismo começa a enfrentar uma profunda crise de lucratividade. Tal crise foi o resultado da “inabilidade do setor público para continuar a expansão de seus mercados e, dessa forma, a geração de emprego, sem aumentar os impostos sobre o capital nem alimentar a inflação, mediante a oferta adicional de dinheiro e o endividamento público” (Ibid.). Assim, para manter a lucratividade empresarial, colocava-se a exigência de abrir novos mercados de consumo que pudessem dar conta do excedente de uma produção que se encontrava em franco crescimento. Conforme Castells (Ibid.), foi essa expansão dos mercados e, posteriormente, o grande aumento dos investimentos estrangeiros

diretos, a razão do intenso aprimoramento e disseminação das novas tecnologias da informação. Da mesma forma, foram a causa de uma marcante "reestruturação das relações capital-trabalho", onde a informática foi, também, sua ferramenta (Ibid., p. 297).

Um outro aspecto fundamental apontado por Castells sobre a reestruturação produtiva em curso, é a presença de um grau de internacionalização econômica fundamentada sob a égide do capital financeiro. As mais diferentes formas de capital - comercial, produtivo, especulativo - encontram-se, atualmente, livres para efetuar seus investimentos nas mais diversas áreas. Este processo representa o apogeu das políticas econômicas implementadas e ampliadas nos anos 80, pelos países economicamente avançados, particularmente Inglaterra e EUA, tendo como carro-chefe a *liberalização e desregulamentação fiscal, financeira e dos mercados*. Tal liberdade representa, para o grande capital - e mesmo para o pequeno e o médio que seguem nesta esteira, ainda que em menor grau -, a possibilidade de incrementar seus lucros de forma mais rápida, com menos riscos e sem que tenham que arcar com os encargos sociais nacionais. O controle do processo produtivo geral pelas grandes corporações, possibilita-lhes efetuar a seu *bel-prazer* as transações de compra e venda, tanto internas quanto com outros países e empresas, gerando assim uma liquidez sem precedentes. É esta liquidez que lhes serve de principal insumo para aplicação no mercado especulativo-financeiro.

É assim que as formas de acumulação e valorização de riqueza não só foram ampliadas, como também diversificadas, quantitativa e qualitativamente. De acordo com Castells (Ibid., p. 500), isto significa que "o capital financeiro, a alta tecnologia e o capital industrial, estão cada vez mais interdependentes". A predominância do capital financeiro, por ser um tipo de investimento de alto risco, envolve um amplo planejamento das transações financeiras, bem como a "interação entre o investimento em empresas lucrativas e o uso dos lucros acumulados para fazê-los frutificar nas redes financeiras globais que o processo de acumulação se baseia" (Ibid.). Portanto, deman-

da, como nunca, informações rápidas, precisas e eficientes para programar esses investimentos. Ou seja, necessita do tipo de “conhecimento e da informação gerados e aperfeiçoados pela tecnologia da informação” (Ibid.).

Da mesma maneira, as novas tecnologias da informação são fundamentais tanto para efetuar a conexão dos novos e diversos mercados que estão se abrindo – uma vez que conferem e otimizam a mobilidade do capital por intermédio das suas redes –, quanto para potencializar a capacidade de previsão das empresas – pois permitem que as valiosas informações referentes às variações do consumo de cada país cheguem rapidamente, igualmente através das redes, às suas matrizes. É a plena realização dessas estratégias que garante às empresas a manutenção de sua competitividade dentro de um mercado cada vez mais disputado.

É desse modo que as empresas passaram a demandar um arsenal de informações muito mais abundante, assim como meios mais eficientes de se apropriar e gerir informações de modo produtivo.

Mas, a nova reestruturação produtiva não se restringe apenas ao setor industrial. Antes, é um complexo que abrange e interliga várias dimensões sócio-econômicas – financeira, industrial e de serviços –, as quais tornam-se cada vez mais interdependentes e determinantes entre si. Um contexto que leva a uma crescente inter-relação das atividades industriais e atividades informacionais, borrando as barreiras entre o informático e o material. Com efeito, pela sua característica versatilidade, as novas tecnologias da informação extrapolam o chão das indústrias de transformação, penetrando nas mais diversas áreas do terciário, também nelas operando profundas transformações nas maneiras de conceber, produzir e vender seus serviços. É assim que as empresas do setor de serviços passam, cada vez mais, a se utilizar dos métodos tecno-organizacionais empregados nas indústrias de transformação.

Como vemos, a “sociedade informacional e em rede” é também, mas não somente como postulava Bell, uma sociedade de serviços. Contrariamente à generalização feita por Bell em cima desta categoria, Castells (Ibid.,

p. 226-227) chama a atenção para a necessidade de se repensar as antigas distinções baseadas nos setores primário, secundário e terciário. Para ele, o conceito de “serviços” é por demais indeterminado para dar conta da complexidade da estrutura produtiva hodierna. Daí que “tornou-se um obstáculo epistemológico ao entendimento de nossas sociedades”.

Assim, longe dessa sociedade representar a emergência de uma “democratização do conhecimento” pela “nova tecnologia intelectual”, como concluíram os clássicos do pós-industrialismo, o que se vê é a “concentração e globalização do capital exatamente pelo emprego do poder descentralizador das redes” (Ibid., p. 502). Ou seja, uma apropriação cada vez maior do conhecimento pelas grandes empresas diligentes desse processo, de maneira a assegurar sua produtividade e lucratividade. E isto se faz através de um aparente paradoxo: o da “administração descentralizada”, visto que as “novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício” (Ibid., p. 286).

Aqui se nota, ainda, um outro equívoco de Bell, e também de Schon: a tese de que, com a ascensão e concretização das empresas como grandes gerenciadoras da economia, estas passariam a agregar e gerenciar, cada vez mais, papéis anteriormente limitados apenas ao Estado, tais como previdência, políticas e serviços públicos etc. Pelo que vimos, apesar de as empresas realmente terem se confirmado como agentes centrais das atuais transformações sociais, o reverso deste processo foi a elevação até o limite, valendo-se das políticas neoliberais em vigor, de seus propósitos de lucratividade. Livres das amarras fiscais pelo advento de um mercado altamente flexibilizado, onde o capital se torna global, mas o trabalho permanece local, o resultado foi um aumento da produtividade e da lucratividade, ao mesmo tempo em que “os trabalhadores perderam sua proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante” (Ibid., p. 298).

Sendo assim, o trabalho na sociedade atual, está muito longe de perder sua primazia. Ao contrário:

(...) O trabalho nunca foi tão central para o processo de realização de valor. Mas os trabalhadores (independente de suas qualificações) nunca foram tão vulneráveis à empresa, uma vez que [se tornaram] indivíduos pouco dispendiosos, contratados em uma rede flexível cujos paradeiros [são] desconhecidos da própria rede (Ibid., p. 298-299).

Para Castells, portanto, a informatização das empresas teve um efeito muito mais revolucionário na sociedade do que aquele relacionado às “dimensões do conhecimento”, como supunha a perspectiva otimista de Bell. Mas, não obstante o reconhecimento do quadro devastador que a “sociedade em rede” implica para a maioria da população mundial – os trabalhadores –, Castells, não descarta um certo otimismo, uma vez que acredita na possibilidade deste estado de coisas se alterar em prol das camadas sociais colocadas à margem desta sociedade em virtude dos oligopólios das grandes empresas em torno dos fluxos das redes informacionais. É o que veremos a seguir.

## 2. A MUDANÇA NA “SOCIEDADE EM REDE”: O PODER DAS IDENTIDADES SOCIAIS EM QUESTÃO

O conceito de “sociedade em rede”, elaborado por Castells, se complementa com sua análise sobre o poder das identidades sociais nesse contexto. Pode-se dizer que é neste ponto que Castells mais se aproxima do “acionalismo histórico” de Alain Touraine. A crítica feita por Touraine à “sociedade tecnocrática” que se configurou a partir do contexto do *Welfare State*, encontra eco nas formulações de Castells sobre a atual configuração de poder presente na “sociedade em rede”, demarcada, sobretudo, pelas políticas neoliberais apresentadas. Sendo assim, para Castells, são nos movimentos sociais constituídos a partir de interesses identitários (de gênero, religiosa,

nacional, étnica, religiosa, sócio-biológica etc.), que se pode encontrar os atores sociais capazes de desafiar o processo de globalização tecno-econômica acima descrito, possibilitando a mudança na "sociedade em rede".

Desse modo, o conceito de "sociedade em rede" incorpora, ao mesmo tempo, as dimensões estruturais e as transformações desta estrutura. Para Castells (1999, p. 28), identidade é "um processo de construção de sentido que remete a um atributo cultural, ou a um conjunto de atributos culturais, ao qual se dá prioridade sobre as demais fontes de sentido". Uma identidade diferencia-se de um *papel social* justamente porque esse último é definido previamente pelas instituições e organizações, e as primeiras organizam-se a partir de um *sentido* a que atribuem os próprios sujeitos através de uma identificação simbólica.

Na definição de Castells, a dinâmica da construção das identidades sociais na "sociedade em rede" pode ser pensada a partir da noção de fluxos. Os fluxos correspondem à "seqüência de intercâmbio e interação determinadas, repetitivas e programáveis entre posições fisicamente desconexas que mantêm os atores sociais nas estruturas econômicas, políticas e simbólicas da sociedade" (p. 445). Os fluxos estão associados às trocas dentro das redes de informações, facilitada pela tecnologia da informática, o que acaba por ocasionar a reelaboração das noções de espaço e tempo nesse contexto. Assim, os espaços reelaborados dentro da rede, se diferenciam da idéia de lugares, historicamente constituídos, levando a uma recombinação das práticas sociais nesses novos espaços.

Nesse sentido, a construção das identidades coletivas na "sociedade em rede" revela a posição e/ou a reação dos atores sociais frente à sua inclusão ou exclusão dos fluxos das redes. As identidades são manifestadas através de uma lógica simbólica que se apresenta nos interstícios do espaço e do tempo destes fluxos. Enfim, são as comunidades étnicas, locais, de gênero, religiosas, nacionais e socio-biológicas, construídas com referência a um espaço e tempo historicamente contextualizados, que se opõem à forma pela qual a "sociedade em rede" vem se constituindo no momento, isto é,



pela racionalidade abstrata e a-histórica própria do capital financeiro transnacional.

É assim que Castells observa que, no contexto da “sociedade em rede”, há a formação de *comunas*, construídas em torno das *identidades de resistência*, baseadas nos fundamentalismos religiosos, nos nacionalismos e nas identidades étnicas e territoriais. As comunas caracterizam-se como “reações às tendências sociais imperiantes”, por isso são de resistência. Por outro lado, são, também, defensivas, pois representam um “refúgio e solidariedade”, já que construídas a partir de códigos culturais. Portanto, são *comunas culturais*, ancoradas na “história, na geografia, na língua, no entorno”, e ao mesmo tempo, *comunas de resistência* à globalização, à interconexão e à flexibilidade (da produção e do trabalho) e à crise da família patriarcal. As comunas são, pois, “alternativas para a construção de sentido em nossa sociedade”.

Castells observa, ainda, um outro papel fundamental para essas comunas na “sociedade em rede”: elas podem conduzir, ultrapassando os seus próprios limites, à construção das *identidades projetos*. É destes projetos que surgiriam ações coletivas que, potencialmente, poderiam fazer emergir novos sujeitos históricos cuja ação leva à mudança na “sociedade em rede”.

No que diz respeito às relações de trabalho, desde esta perspectiva, Castells aponta para a dissolução das macro *identidades legitimadoras*, baseadas nas articulações da sociedade civil em torno do capital e do trabalho, para explicar a emergência das comunas como o movimento social central na “sociedade em rede”, em detrimento do tradicional movimento operário. Mais uma vez lembrando as mesmas impressões de Touraine há trintas anos, Castells postula que as fontes de identidades legitimadoras do movimento operário estão se dissolvendo frente às empresas em rede e ao processo de individualização do trabalho que estas trazem em seu bojo.

Neste ponto, vale a pena confrontar o ponto de vista de Castells com a visão de outro autor igualmente preocupado com as recentes transformações da sociedade capitalista e com as identidades sociais neste contexto: Robert Castel (1998). Para este autor, estas transformações configuram



aquilo que ele aponta como uma “nova questão social”. Segundo Castel (Idem, p. 30), uma “questão social” se abre quando “uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade... existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”. Assim como, com o advento da primeira revolução industrial, abriu-se a “questão do pauperismo”, em virtude do grande êxodo rural proporcionado pela industrialização, hoje também nos encontramos diante de uma “questão social”. Esta, foi aberta, sobretudo, pelo desmantelamento do chamado Estado-Providência e as políticas de integração dadas pelo modelo fordista de produção e consumo.

Para este autor, o Estado é a instituição por excelência que desempenha o papel de integrador da sociedade. Este papel se expressa, sobretudo, pela intervenção que exerce sobre o salariado, cuja generalização é um fenômeno social tão característico da sociedade moderna como o próprio Estado. De fato, assim o foi desde a primeira metade do século XIX até os anos 60 do século XX, quando “desempenhava o papel de fiador da manutenção da organização do trabalho e de regulador da mobilidade dos trabalhadores” (p. 31).

De acordo com Castel, o Estado-Providência desempenhou com relativa eficiência este papel com suas políticas de seguridade social, as quais denotaram um “modo de domesticação do capitalismo” que reestruturou “as formas modernas de solidariedade e da troca em torno do trabalho, sob a garantia do Estado” (p. 513). Mas isto deveu-se à situação de “quase-pleno-emprego” (p. 503) dada naquele período, a qual garantia um sistema tributário e previdenciário que proporcionava a possibilidade de inserção, mesmo a indivíduos que se encontravam fora desta situação. Quando o cenário muda e começa a sofrer uma “dupla erosão...: para baixo, com o aumento de encargos dos poderes ‘descentralizados’; para cima, ... com a mundialização da economia e a preponderância do capital financeiro internacional” (p. 512); o que parecia ser uma questão resolvida pela forma até

então vigente de salariado, vem a tona com todo vigor, revelando, com uma crueza sem precedentes, seu caráter intrínseco a essa estrutura social: o desemprego. É “a própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada” (p. 517), o que revela também a vulnerabilidade do Estado em dar conta desta questão de modo estrutural.

Conforme Castel, o desemprego, bem como a precarização do trabalho, estão, mais do que nunca, implantados no movimento atual da modernização capitalista. “São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade” (p. 516-517). Flexibilidade do mercado de trabalho, subcontratação, “administração participativa”, produção enxuta, terceirização, informatização etc., são os carros-chefe da nova reestruturação produtiva. São também meios de promover e acentuar o desemprego, a precarização do trabalho, bem como a “desestabilização dos estáveis” (p.527), uma vez que pressupõem o enxugamento empresarial e repasse dos encargos trabalhistas para os próprios trabalhadores, pondo em ruínas todo o edifício da seguridade social que até então garantia, ainda que de forma precária, a coesão social. Situação ainda mais agravada pelo estabelecimento de um “*déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade e um reconhecimento público” (p. 529).

Para Castel, esta situação instaura uma novidade dentro da sociedade moderna: o advento dos “inúteis para o mundo” ou “supérfluos”, isto é, “pessoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais”, e que não servem “nem sequer para serem explorados” (p. 32-33). Para tais pessoas, sua existência social fica comprometida, pois não conseguem mais obter uma utilidade dentro da sociedade. Consequentemente, sua *sensação de pertencimento social, fundamento e fonte da identidade social, fica seriamente comprometida*. Seu destino é a precariedade. Resta-lhes “viver o dia-a-dia”, sobreviver no e pelo presente, o que leva Castel a falar na inauguração de um “*neopauperismo*” (p. 528-529). Sendo assim:

Quando falta a base sobre a qual havia sido edificada sua identidade social, é difícil falar em seu próprio nome, mesmo para dizer não. A luta supõe a existência de um coletivo e de um projeto para o futuro. Os inúteis para o mundo podem escolher entre a resignação e a violência esporádica, a "raiva", que, na maioria das vezes, se autodestrói.

Considerando, pois, a abrangência de parcelas cada vez maiores da população nesta situação; o papel que o trabalho, ou melhor o emprego, sempre teve na promoção da identidade social "como base de reconhecimento social e como alicerce a que se prendiam as proteções contra a insegurança e o infortúnio" (p.513); e, ainda, o fato de que tal exclusão também comporta a conseqüente limitação do acesso destes supranumerários aos fluxos estabelecidos nas redes informáticas<sup>\*</sup>; não há como deixar de denunciar o otimismo de Castells relativamente à constituição das identidades no contexto da "sociedade em rede", de seu poder de ingerência nesta sociedade, bem como da possibilidade de construir uma teoria da mudança social na "era da informação" fundamentada neste poder.

Cabe, portanto, perguntar a Castells, e junto com Castel: "Como cercar essas situações [de precariedade] e amarrar um projeto a essas trajetórias?" (p. 529). Sobretudo quando as minorias de gênero, religiosa, nacional, étnica, religiosa, sócio-biológica, etc., que Castells vê como aquelas dotadas de um potencial identitário e de resistência frente à exclusão social, são a parcela da população que se encontra mais precarizada e afetada por este abandono social. E, por conseguinte, as mais desconectadas dos fluxos dessa "sociedade em rede".

---

\* Em recente reportagem publicada na Folha de S. Paulo (17/01/01 – Caderno Dinheiro, p. B 10), foram apresentados dados assustadores quanto à acessibilidade à Internet nos lares dos principais países do mundo. Entre os países de primeiro mundo, apenas um, Canadá, possui 50% de seus lares com acesso à Internet, e somente seis possuem entre 30 a 40%: EUA – 41%, Austrália – 39%, Suíça – 36%, Reino Unido – 33%, e Holanda – 30%. Mesmo em países que sempre ocuparam lugar de destaque dentre os economicamente avançados, o acesso é altamente restrito, como é o caso da França – 17%, e Espanha – 12%. No terceiro mundo a situação é desalentadora, sobressaindo a África do Sul com 7%, e Brasil com 1% de lares conectados às redes teleinformáticas.

Será que Castells, tal como Bell e Touraine, também não está imbuído de um certo etnocentrismo ao olhar estas minorias como se tivessem as mesmas oportunidades de uma pessoa saudável, branca e com recursos econômicos suficientes para obter sua própria qualificação e conexão nas redes? Da mesma forma, será que não está por demais impregnado da crítica de Touraine à sociedade tecnocrática e ao aniquilamento dos indivíduos neste contexto, não percebendo que, agora, o contexto e a problemática mudaram? Que, cada vez mais, o que temos é a “promoção do individualismo” (Castel, p. 595), entre outras coisas, pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, que impõe aos salarizados a particularização de seus contratos de trabalho como única forma de garantir sua precária existência. Como afirma Castel (p. 609):

Não se pode haver denunciado a hegemonia do Estado sobre a sociedade civil, o funcionamento burocrático e a ineficácia de seus aparelhos, a abstração do direito social e sua impotência para suscitar solidariedades concretas e, depois, condenar transformações que levam em conta a particularidade das situações e que, para isso, fazem apelo à mobilização dos sujeitos. (...) Porém não se pode mais, por achar que não será necessário enfrentar o problema, negligenciar o estudo do custo dessas transformações para algumas categorias da população.

Na verdade, para a grande maioria da população.

Afinal, neste ponto específico, não há como não concordar com Castel (p. 34) quando este afirma que:

(...) quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na “pós-moderna” ou como se quiser chamá-la, ainda assim a condição preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in”. São sempre orientações definidas nos centros de decisão – em matéria de política econômica e social, de gestão das empresas, de readaptações industriais, de busca de competitividade etc. – que repercutem como uma onda de choque nas diferentes esferas da vida social.

Portanto, a questão de saber em que medida é possível a formação de comunas em um contexto de informatização privatizada pelas empresas-rede flexíveis, *locus* dominante na estrutura de poder própria da "sociedade em rede", fica em aberto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Castells visualiza uma "sociedade em rede", onde as empresas são os agentes diligentes deste processo, na medida em que promovem e mais se utilizam das tecnologias otimizadoras deste contexto. Disto decorre um debilitamento do mundo do trabalho provocado, sobretudo, pelo fato deste trabalho se encontrar localizado, enquanto as empresas se tornam, cada vez mais, globalizadas em virtude das redes teleinformáticas e da flexibilização dos mercados de trabalho. Apesar de considerar todos os problemas acarretados pelo novo modelo de empresa, "em rede" e flexível, Castells acredita na viabilidade de formação de "comunas" capazes de fazer frente à situação de extrema fragmentação e vulnerabilidade das relações de trabalho e, portando, do tecido social como um todo, que este quadro implica. Esta resistência viria associada à constituição das identidades sociais constituídas, principalmente, fora das empresas, a partir dos fluxos das redes, e com referência às minorias sociais identitárias (étnicas, de gênero, raciais, religiosas etc.).

Porém, ao tentar pensar a estrutura e a mudança na "sociedade em rede", notamos que Castells parece apresentar um otimismo descabido, ao desprezar a relação entre a extrema precarização do trabalho e exclusão social com as minorias identitárias, e por não entendê-las ameaçadas em sua inserção na "sociedade em rede", uma vez que verificamos que as chances de sua inclusão nas redes é quase nula sob a supremacia e oligopólio das empresas-rede sobre as tecnologias da informação.

O poder das identidade sociais em mudar este *status quo*, se torna ainda mais problemático quando confrontado com as análises de Robert Castel sobre a "nova questão social" que se abre para o salariado dentro desta conjuntura.

Esta teria sido engendrada pelo processo de desregulamentação tributária e do sistema de seguridade social que surgiu com derrocada do Estado-Providência, e pela conseqüente emergência da liberalização da economia e predomínio do capital financeiro provocados por este quadro. Um processo que exigiu das empresas a adoção de novas estratégias para se manterem competitivas, cujo resultado foi, e está sendo, o estabelecimento de uma intensa precarização do trabalho, desemprego e, conseqüentemente, exclusão social.

Para Castel, esta “nova questão social” coloca em xeque qualquer projeto de futuro baseado numa coletividade, por instaurar um panorama político-econômico que impõe às empresas uma reestruturação produtiva perversa que, cada vez mais, condena parcelas inteiras da população à superfluidade. Tal superfluidade acarreta uma perda da antiga base sobre a qual se fundamentavam as identidades sociais, a *identidade pelo trabalho*. Era esta a base primeira que, ainda que precária, garantia o sentimento de pertencimento social aos atores sociais, independente de suas etnias, gênero e religião, e, portanto, possibilitava uma certa integração coletiva virtualmente capaz de incorporar tais diversidades e fazer frente às configurações de poder vigente. O esfacelamento dessa base identitária, por conseqüente, torna qualquer movimento de mudança com vistas a acabar com a precarização social instaurada pela privatização das redes informáticas, bem longe de vir de identidades sociais fragmentárias, tal como prevê Castells.

Sendo assim, observamos mais a configuração de uma teia letal do que propriamente de uma rede, isto é, as tecnologias da informação estão sendo aplicadas em uma estrutura política e econômica que, nesse momento histórico, confirma, reforça e aprimora os padrões capitalistas de acumulação em uma escala sem precedentes. Neste sentido, tudo indica que a “sociedade em rede” de Castells, na esteira das teorias da “sociedade pós-industrial e da informação”, é mais um mito do capitalismo por supô-la como algo passível de abranger outros agentes sociais, sem que se saia da própria lógica excludente e fragmentadora que está caracterizando a sociedade atual, que nada mais é que o acirramento da própria lógica capitalista.

Todavia, a "sociedade em rede", "global" e "informacional" não é o fim da história. Relacioná-la com as demandas do capitalismo contemporâneo, e apontar sua dinâmica relativamente às relações de poder que perpassam a lógica capitalista em suas diversas fases históricas no embate com outras lógicas dos diversos grupos sociais, implica em começar, e não concluir a análise. Em suma, apenas enunciamos essas questões.

Portanto, do exame do conceito aqui apresentado, e do contexto de onde advém sua formulação, fica antes uma pergunta, do que propriamente uma refutação: será que não lhe falta, para além de um projeto de futuro – tão caro a Castel para promover a solidariedade e coesão social –, um *projeto de sociedade* no sentido utópico de acreditar e, pois, se esforçar para levar a cabo um outro tipo de estrutura social onde não mais prevaleça a lógica da lucratividade, causa primeva da velha e nova "questão social"; bem como do domínio do universo das empresas-rede flexíveis em detrimento da maior parte da população que habita a suposta "sociedade em rede" de Castells?

**ABSTRACT:** The present article intends to accomplish a critical swinging on a group of theoretical subjects that they have been discussed traditionally in the social sciences, in the last 30 years, and that interferes commonly in a general conceptive picture known as "Society of the Information". Special emphasis will be given recently for a concept built and directly tributary of the concept of "Society of the Information": the one of "society in net" of Manuel Castells. The objective is to problematize the pertinence, repercussions, as well as the operational validity of the society concept in net" for the understanding of the contemporary society, particularly in what concerns the theme of the construction of the social identities and of the paper of the great companies in that conjuncture.

**KEYWORDS:** Society in Net, Society of the Information, contemporary society, social identities, company

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, Daniel (1973). *O advento da sociedade pós-industrial: um ensaio de previsão social*.

*Temáticas*, Campinas, 9(17-18):125-156, jan./dez. 2001

- BILI, Marcelo. CD lidera vendas pela Internet no Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jan., 2001. Caderno Dinheiro, p. B 10.
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- KUMAR, K (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TOURAINÉ, Alain (1971). *La sociedad pós-industrial*. Barcelona: Ediciones Ariel.